



CONTRATO ADMINISTRATIVO 99/2026

Processo nº:2240/2026

Pregão nº.55/2025(CIM)

ID: 2025.501C2600003.01.0036

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 99/2026, MUNICÍPIO SOORETAMA DE QUE ENTRE SI CELEBRAM O E A EMPRESA DUARTE DENTAL LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SOORETAMA – ES**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Manassés dos Reis, nº. 180 - Centro - Sooretama, Espírito Santo, inscrita no **CNPJ-MF sob o nº. 11.400.251/0001-80**, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, o Senhor **FERNANDO CAMILETTI**, brasileiro, casado, gestor público portador do CPF-MF nº. 080.496.***-71 e RG nº. 18031**-ES, residente a residente à rua Paulo Alves da Silva nº. 121, Vale do Sol, Sooretama – ES, e pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, representada pela Senhora **IZABEL DOS SANTOS OLIVEIRA** brasileira, portadora do CPF-MF Nº. 087.XXX.XXX-10 e portador da Carteira de Identidade Nº. 1.XXX.152, residente à Rua Perci de Carvalho, nº 777, Bairro Três Barras, Linhares/ES, CEP: 29.927-000 doravante designada **CONTRATANTE**.

E a empresa **DUARTE DENTAL LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o n.º 65.122.590/0001-70**, com sede na Rua primeiro de Janeiro, nº 35, loja 22, Centro, Timóteo - MG, e-mail: duartedental@uol.com.br, telefone: (31) 98623-6750, neste ato representada por **MARIA ILDA DUARTE**, brasileira, empresária, solteira, residente e domiciliada à Rua Lamartine Babo, nº 66, apto 401, Bairro Serenata, Timóteo - MG, CEP: 35.180- 440, portador da CI M-2.508.*** e do CPF nº 540.188.***-**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 2240/2026** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n.055/2025**, designada **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art.92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO (MATERIAL DE CONSUMO E MATERIAL DESCARTÁVEL), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL LOTE 1 - R\$ 13.742,00						
02	ALGODÃO HIDRÓFILO DE USO ODONTOLÓGICO DE ESPESSURA UNIFORME, CAMADAS SOBREPOSTAS REGULARMENTE COMPACTO DE ASPECTO HOMOG�NEO E MACIO, COR BRANCA, BOA ABSORV�NCIA, INODOR, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO EM TODA A SUA EXTENSÃO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, PACOTE COM 500G	PACOTE	100	NATY	R\$ 15,73	R\$ 1.573,00
03	BABADOR DESCARTÁVEL PARA USO ODONTOLÓGICO, TAMANHO 45 X 33 CM COM DUAS CAMADAS DE PAPEL ABSORVENTE E 1 CAMADA DE PL�STIO CX 100 UNID	CX	200	SS PLUS	R\$ 15,60	R\$ 3.120,00
04	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA ESTÉRIL COM RX 7,5CM X 7,5CM DOBRADA, 13 FIOS. CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM OITO CAMADAS E CINCO DOBRAS, PACOTE 10 UNIDADES. COM REGISTRO DA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE	PACOTE	500	ULTRACOTTON	R\$ 1,77	R\$ 885,00
05	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO - EMBALAGEM COM 10 UNIDADES PARA USO EM CIRURGIAS, FEITO DE 100% DE GELATINA LIOFILIZADO DE ORIGEM PORCIN.O. DEVE SER COMPLETAMENTE REABSORVÍVEL	CX	50	MAQUIRA	R\$ 41,60	R\$ 2.080,00
07	JALECO DESCARTÁVEL DE TNT MANGA LONGA , COM GOLA, PUNHO E BOTÃO, TAMANHO G - GRAMATURA 20G. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	1000	DESCARTE	R\$ 2,92	R\$ 2.920,00
08	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA COM ELÁSTICO BRANCA - CAIXA COM 50 UNIDADES. NÚMERO DO LOTE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. NA COR BRANCA, CONFECCIONADA EM FALSO TECIDO, COM TRÊS CAMADAS (TRIPLA CAMADA COM FILTRO EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANABFE), SENDO UMA CAMADA INTERNA FILTRANTE COMPOSTA DE MELTBLOWN FITESA, FILTRAGEM DE 96,7% EFB, COM FINALIDADE DE IMPEDIR A PASSAGEM ORGÂNICA DE BACTÉRIAS, PREQUEADA, COM CLIPS NASAL E ELÁSTICO, HIPOALERG�NICA GARANTINDO BOA VENTILAÇÃO. APRESENTAR LAUDO DE FILTRAGEM	UND	300	SS PLUS	R\$ 5,26	R\$ 1.578,00
11	TOUCA SANFONADA DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. 20G. COM REGISTRO NA ANVISA	PACOTE	200	MEDIX	R\$ 7,93	R\$ 1.586,00
VALOR TOTAL LOTE 5 - R\$ 5.155,25						



24	BANDA MATRIZ DE AÇO INOX. DIMENSÃO MÍNIMA 0,05 X 5MM 50CM. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	50	PREVEN	R\$ 1,33	R\$ 66,50
25	BANDA MATRIZ DE AÇO INOX DIMENSÃO MÍNIMA 0,05X7MM 50CM. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	50	PREVEN	R\$ 1,46	R\$ 73,00
26	CARBONO P/ ARTICULAÇÃO C/ 12 TIRAS. COM REGISTRO NA ANVISA	ENVELOPE	25	IODONTOS U L	R\$ 1,92	R\$ 48,00
28	DISCO DE LIXA PARA ACABAMENTO EM RESINA. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 25 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	25	TDV	R\$ 22,07	R\$ 551,75
29	FITA BANDA MATRIZ DE POLIÉSTER, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES TAMANHO 10X120X0,5MM. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	50	PREVEN	R\$ 1,28	R\$ 64,00
30	PINCEL APLICADOR DESCARTÁVEL TIPO MICROBUSCH ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM COM 50 UNID. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	100	MICRODON T	R\$ 10,24	R\$ 1.024,00
31	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CONTENDO 40 UNID CADA, CORES SORTIDAS. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	500	SS PLUS	R\$ 6,39	R\$ 3.195,00
32	TIRA DE LIXA DE AÇO, EMBALAGEM COM 12 UNIDADES DE 4MM, COM CENTRO NEUTRO. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	25	BIODINAMI C A	R\$ 5,32	R\$ 133,00
VALOR TOTAL LOTE 7 – R\$ 3.004,00						
44	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL (FLOW), RESINA FLUIDA, COR A3 PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 2 ANOS NA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NA ANVISA	SERINGA	20	FGM	R\$ 12,48	R\$ 249,60
49	SELANTE PARA FÓSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZÁVEL C/ FLÚOR ACONDICIONADOS EM CAIXA CONTENDO COM 5 SERINGAS DE 2G CADA. PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 2 ANOS NA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NA ANVISA	CAIXA	25	MAQUIRA	R\$ 49,40	R\$ 1.235,00
51	VERNIZ CAVITÁRIO 10 ML COM SOLVENTE. COM REGISTRO NA ANVISA	FRASCO	20	BIODINAMI C A	R\$ 13,29	R\$ 265,80
41	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO (LÍQUIDO), COM ÁCIDO TARTÁRICO E ÁGUA DESTILADA, EM FRASCO DE 8 ML, COM UM CONJUNTO DOSADOR DE LÍQUIDO PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 2 ANOS NA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NA ANVISA	FRASCO	50	FGM	R\$ 8,00	R\$ 400,00
42	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO (PÓ), COM FLUORSILICATO DE SÓDIO CÁLCIO ALUMÍNIO, SULFATO DE BÁRIO, ÁCIDO POLIACRÍLICO, PIGMENTOS, EM FRASCO DE 10 GRAMAS, NA TONALIDADE U, COM UM MEDIDOR DE PÓ PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 2 ANOS NA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NA ANVISA	FRASCO	50	FGM	R\$ 8,00	R\$ 400,00
40	CIMENTO FORRADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO COM PASTA (1 PASTA BASE E 1 PASTA CATALIZADORA) PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 2 ANOS NA DATA DE ENTREGA	CAIXA	20	MAQUIRA	R\$ 22,68	R\$ 453,60



VALOR TOTAL LOTE 10 – R\$ R\$ 28.130,72						
86	FIXADOR PARA RAIOS X ODONTOLÓGICO COM 500 ML , PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 2 ANOS NA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NA ANVISA	FRASCO	25	IODONTOS U L	R\$ 8,81	R\$ 220,25
87	PELÍCULA DE FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL INFANTIL ACONDICIONADO EM CX COM 100 UNID , VELOCIDADE RÁPIDA. PARA EXAMES COMPLETOS DE DENTES E SUAS ÁREAS ADJACENTES, COM A FINALIDADE DE DIAGNOSTICAR: CÁRIES, LESÕES PERIODONTAIS, ABSORÇÃO ÓSSEA, TRATAMENTO DE CANAL, COR: ROXO. COM REGISTRO NA ANVISA	CAIXA	50	CARESTREAME	R\$ 289,99	R\$ 14.499,50
88	PELÍCULA DE FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL ADULTO ACONDICIONADO EM CX COM 100 UNID , VELOCIDADE RÁPIDA. PARA EXAMES COMPLETOS DE DENTES E SUAS ÁREAS ADJACENTES, COM A FINALIDADE DE DIAGNOSTICAR: CÁRIES, LESÕES PERIODONTAIS, ABSORÇÃO ÓSSEA, TRATAMENTO DE CANAL, COR: ROXO. COM REGISTRO NA ANVISA	CAIXA	50	CARESTREAME	R\$ 234,65	R\$ 11.732,50
90	REVELADOR C/ 475 ML DESTINADOS AO PROCESSAMENTO MANUAL DE FILMES RADIOGRÁFICOS DENTAIS INTRA-ORAIS, PROCESSAMENTO RÁPIDO, RADIOGRAFIAS PRONTAS PARA VISUALIZAÇÃO EM 30 SEGUNDOS (REVELAÇÃO EM 15 SEGUNDOS) . PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 2 ANOS NA DATA DE ENTREGA. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	50	IODONTOS U L	R\$ 8,81	R\$ 440,50
85	CARTELA DE PAPEL PARA PELÍCULA DE RADIOGRÁFICA COM 2 FUROS . PACOTE COM 100 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA	PACOTE	50	DALLAS	R\$ 10,72	R\$ 536,00
89	PROTECTOR TIREÓIDE PARA PACIENTE ADULTO , INDICADO PARA A PROTEÇÃO DA TIREÓIDE NOS PROCEDIMENTOS RADIOGRÁFICOS. COM 0,25MM DE CHUMBO (PB) ACABAMENTO EM POLIKROY (CORINO ESPECIAL) CORES: AZUL OU CINZA.	UND	03	ODONTOLOGIC	R\$ 233,99	R\$ 701,97

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. (na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.)



2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 50.031,97 (cinquenta mil trinta e um reais e noventa e sete centavos)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Prazo de entrega: até 15 dias úteis após o envio da autorização de fornecimento;

6.2. Local de entrega: Rua Inuíba, nº 152, Sayonara, Sooretama/ES, Almojarifado da SEMUS ao Lado do Feirão da Construção, 29927-000, ES.

6.3. Condições de pagamento: em até 30 dias após recebimento definitivo e ateste de entrega;

7. CLÁUSULA SÉTIMA-REAJUSTE(art. 92,V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato, nos termos do art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice *IPCA- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que vier a substituí-lo*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. Os pedidos de revisão contratual, por repactuação ou reequilíbrio econômico financeiro, serão respondidos em até um mês, de acordo com o artigo 92, X e XI da lei 14.133/21.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE(art.92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

FISCAL TITULAR: MEDELI CONCEICAO MACHADO

FISCAL SUPLENTE: WESLEY COSTA SILVEIRA

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão gerenciador da ARP para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, sem prejuízo de qualquer ação proposta pelo



contratante;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvados os casos de ausência e informações necessárias à apuração do requerido.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO(art.92,XIV,XVleXVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Obedecer as especificações constantes no Termo de Referência;

9.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.8. Responsabilizar-se pela entrega do material/execução dos serviços, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;



9.9. Realizar a entrega/executar os serviços dentro do prazo estipulado;

9.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.11. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)



10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21;

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21;

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21;

IV. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

V. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias de atraso, fica autorizado à CONTRATANTE a rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, convertendo-se a multa em compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

V.I. Aplicam-se no contrato as multas compensatórias previstas no Termo de Referência.



11.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21);

11.3.1. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21);

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21);

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação



ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma do Regulamento Consórcio Público da Região Polinorte – CIM POLINORTE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

022 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2.107 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE BUCAL

33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

Ficha : 0000052

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021,

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da comarca de Linhares para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.



SOORETAMA, 2026.

FERNANDO CAMILETTI
PREFEITO MUNICIPAL DE SOORETAMA
CONTRATANTE

IZABEL DOS SANTOS OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

DUARTE DENTAL LTDA
CNPJ: 65.122.590/0001-70
CONTRATADA